



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
AMAPÁ

PROJETO BÁSICO Nº06/2018

AGOSTO / 2018



PROJETO BÁSICO Nº06/2018
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
TIPO MENOR PREÇO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de Empresa, PREÇO GLOBAL, pelo critério de MENOR PREÇO para Obras e Serviços de Engenharia para **REMANESCENTE DE OBRA DO CAMPUS TEFÉ-AM**. Os serviços inerentes à obra incluem: Serviços Preliminares, Instalações Provisórias, Administração da Obra, Limpeza da Obra, Transportes, Movimento de Terra, Prédio Principal e Guarita, Áreas Externas – Instalações diversas e Subestação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O presente projeto básico tem por objetivo estabelecer as diretrizes para a contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços necessários ao **REMANESCENTE DE OBRA DO CAMPUS TEFÉ-AM**, visando à construção de uma unidade de ensino técnico profissionalizante para atendimento ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionado assim a melhoria na qualidade de ensino;
- 2.2. O projeto básico de remanescente de obra se faz necessário devido a não conclusão do objeto. Situação que ocorreu conforme contexto apresentado a seguir;
- 2.3. De acordo com a Lei n. 11.892 de 29/12/2008, o IFAM é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Seus campi possuem autonomia pedagógica, administrativa e financeira, cabendo a estes a execução de seu orçamento anual;



- 2.4. O IFAM através do processo licitatório Nº 23443.000095/2012-08 celebrou o Contrato Nº 14/2013, de 01/11/2013 com a empresa WORK ENGENHARIA LTDA., objetivando a construção e entrega da obra do Campus Tefé, conforme os projetos básicos e complementares de arquitetura e engenharia. Por motivos alheios, a contratada não cumpriu o cronograma físico estabelecido, cabendo ao IFAM a aplicação das penalidades estabelecidas em Lei, optando por último pela rescisão unilateral do referido contrato;
- 2.5. Para continuidade, conclusão e entrega da obra foi assinado o Contrato Nº 38/2014, com a CONSTRUTORA MEDINA LTDA., segunda colocada no certame licitatório, resultando na assinatura do Contrato Nº 38/2014 de 15/12/2014, referente à qual destacamos que após execução de 45,23% da obra solicitou rescisão contratual, face ao não acatamento de aditivo de decréscimo de valores, restando ao IFAM a tomada de providências conforme estabelece a legislação vigente;
- 2.6. Paralelo às tomadas de providências legais contra a CONSTRUTORA MEDINA LTDA devido o abandono da obra, a equipe de Engenharia do IFAM retomou as providências no sentido de revisar os projetos básicos e complementares de engenharia objetivando o lançamento de novo certame licitatório para conclusão da obra do Campus Tefé.

3. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação;
- 3.2. Ter executado serviços da mesma natureza e complexidade, devendo ser comprovado através de Atestado de Capacidade Técnica;
- 3.3. Estar registrado junto ao CREA e ou CAU;
- 3.4. Possuir máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- 3.5. Estar com o seu cadastro parcial regular no SICAF;
- 3.6. Não estar impedida de contratar com a Administração;
- 3.7. Não estar concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 3.8. Não tenha sido declarada inidônea por órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas punidas pelo IFAM;



- 3.9. Não esteja reunida em consórcio, que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.10. Não seja estrangeira não autorizada a funcionar no país;
- 3.11. Possuir capital social mínimo de 10% do valor da obra;
- 3.12. Ter no quadro funcional, profissional da área civil, como: Engenheiro, Mestre de obras, Pedreiro, Eletricista, Carpinteiro/Marceneiro, Jardineiro, Bombeiro/Encanador, entre outros;
- 3.13. Ter executado Subestação de no mínimo 150 KVA.

4. VISTORIA

4.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram este Projeto Básico, devendo a licitante realizar vistoria nas condições abaixo:

- 4.1.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente por meio de contato com o *campus*;
- 4.1.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;
- 4.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.
- 4.1.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, mediante manifestação por escrito, antes da data fixada para a sessão pública.
- 4.1.5. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.
- 4.1.6. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução,



contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta;

- 4.1.7. A licitante que optar por NÃO efetuar vistoria, deverá apresentar declaração de que não a efetuou e que concorda com todas as condições apresentadas no Edital e seus anexos,
- 4.1.8. A Contratada, independente da realização de vistoria, ao participar deste processo concorda com todos os termos e valores constantes do Projeto Básico/Executivo, Memorial Descritivo, Planilha de Formação de Preços e demais documentos que constituem o objeto deste Contrato e fazem parte do Edital, conforme art. 102, § 6º, inciso III da LDO 2013 e art. 13, inciso II do Decreto 7.983/2013.
- 4.1.9. Por se tratar de um Remanescente de obra, é de suma importância que todas as licitantes realizem exame da obra no estado em que se encontra, assumindo o ônus de repararem eventuais serviços deficientes e de garantirem a integridade da nova edificação, inclusive das parcelas construídas por outra empresa.

5. DO ADITIVO DE SERVIÇO

- 5.1 Alterações no projeto ou nas especificações da obra ou serviço, em razão do que dispõe o art. 65, inciso I, alínea 'a', da Lei 8.666/93, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, repercutem na necessidade de prolação de termo aditivo, ou seja, aditivo é prerrogativa da administração;
- 5.2 Quando constatados, após a assinatura do contrato, erros ou omissões no orçamento, relativo a pequenas variações quantitativas nos serviços contratados, em regra, pelo fato de o objeto ter sido contratado por "preço certo e total", não se mostra adequada a prolação de termo aditivo, nos termos do ideal estabelecido no art. 6º, inciso VIII, alínea "a", da Lei 8.666/93, como ainda na cláusula de expressa concordância do contratado com o projeto básico, prevista no art. 13, inciso II, do Decreto 7.983/2013;

6 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO



6.1 O cronograma físico-financeiro apresentado no processo Licitatório pelo IFAM, apenas servirá como referência para os licitantes.

6.1.1 Após o processo Licitatório, a empresa vencedora do Certame, deverá apresentar o Cronograma Físico-Financeiro detalhado à Diretoria de Obras do IFAM para aprovação e posterior inclusão como peça integrante do Contrato. O mesmo deverá conter o seu planejamento para execução da referida obra, cujos serviços serão distribuídos em etapas e subetapas conforme disposto no item 6.2;

6.2 A execução dos serviços observará o seguinte cronograma:

6.2.1 O contrato terá vigência de 435 (quatrocentos e trinta e cinco) dias corridos, a contar a contar a partir da Ordem de Serviço, sendo: 30 (trinta) dias de mobilização, 300 (trezentos) dias para a execução da obra, 15 (quinze) dias para o recebimento provisório e 90 (noventa) para o recebimento definitivo.

6.2.2 O prazo para a execução dos serviços será de 300 (trezentos) dias corridos, contados após os 30 dias de mobilização, a ser emitida pela Unidade responsável.

6.3 Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá à verificação dos serviços executados, consoante critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório.

6.3.1 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.4 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da fiscalização técnica competente, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.4.1 Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

6.4.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única



medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências, incluindo as documentais e outras necessárias, como habite-se, as built, manuais e garantias de equipamentos que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

6.5 Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

6.6 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório pelo gestor do contrato após a verificação da qualidade, quantidade do serviço executado, materiais empregados, entregas documentais, licenças e outros, com a consequente aceitação da fiscalização mediante termo circunstanciado.

6.6.1 O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

6.6.2 O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de **recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura da última medição com o valor exato dimensionado pela fiscalização.**

6.6.3 Caso a Contratada atenda todas as solicitações da Contratante quanto às pendências indicadas ainda na fase de Recebimento Provisório, incluindo as documentais, a fiscalização poderá atestar sua última medição e aguardar o prazo de 90 dias para emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

6.6.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 6.6 não ser procedida dentro no prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o retardamento não se opere por culpa da Contratada.

6.6.5 O recebimento definitivo pode ocorrer após a expiração do contrato, mas a lavratura do Termo de Recebimento Provisório somente será possível se todas as pendências forem cumpridas, inclusive as documentais;

6.6.6 O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades



assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

- 6.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.0 DA FORMAÇÃO DO PREÇO

- 7.1 Na planilha de formação de preços deverão estar incluídos todos os insumos que a compõe, tais como BDI, encargos sociais e trabalhistas, despesas com impostos, taxas, frete, seguro, lucro e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto e, ainda, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos e quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos;
- 7.2 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 7.3 O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 7.4 A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública;
- 7.5 A licitante deverá elaborar a planilha de formação de preços levando em consideração que as obras e serviços, objeto desta licitação, devem ser entregues completos. Em consequência, ficará a cargo de a licitante prever qualquer serviço ou material necessário, mesmo quando não expressamente indicado no orçamento estimado, nas planilhas de quantitativos e preços unitários;
- 7.6 O Contratado deverá ao elaborar sua proposta estar ciente das condições atuais da obra (Remanescente), e considerar custos dos ensaios das estruturas de concreto e outros que necessitem que assegurem o prosseguimento da obra e a garantia da qualidade dos serviços;
- 7.7 A empresa vencedora do Certame, a partir do momento que ganhar a licitação se responsabilizará pela obra como um todo e não apenas por aquilo que executar, para isso se faz necessário visita técnica antes de formular sua proposta.



- 7.8 O Contratado deverá ter conhecimento do Projeto Básico e seus anexos, não cabendo solicitações de aditivo de valor por omissão de serviços.

8.0 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 8.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 8.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada consoante previsão na legislação;
- 8.6 Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.7 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 8.9 Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 8.10 Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto:
 - 8.10.1 "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 8.10.2 Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;



8.10.3 Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

9.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta;
- 9.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.6 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 9.7 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.9 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 9.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;



- 9.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.12 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 9.18 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 9.19 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.20 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.21 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



- 9.22 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.23 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.24 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.25 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referente ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 9.26 Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.27 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993, incluindo em especial:
- 9.27.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 9.27.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congênere, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 9.28 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.



- 9.29 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.30 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 9.31 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.32 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.
- 9.33 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.34 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.34.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;



9.34.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

9.34.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

9.34.3.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.35 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.35.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

9.35.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:



9.35.2.1 Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

9.35.2.2 Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.35.2.3 Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.35.2.4 Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.35.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.35.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.36 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.36.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de



emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

- 9.36.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 9.36.3 Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 9.37 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 9.38 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;
- 9.39 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, Licença de Outorga etc.);
- 9.40 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao



serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 9.41 Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 9.42 A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 9.43 Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do projeto básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10.0 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.



- 10.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 10.4 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 10.5 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 10.6 O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.8 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 10.8.1 Supervisionar a execução dos serviços;
 - 10.8.2 Estabelecer metodologia para medições, de acordo com o cronograma físico e financeiro;
 - 10.8.3 Fazer cumprir todas as cláusulas contratadas atendendo as especificações, prazo, valores e demais condições acordadas na proposta;
 - 10.8.4 Fazer as anotações em registro próprio de toda ocorrência relacionada à execução do contrato;
 - 10.8.5 Solicitar autorização a autoridade competente as alterações de serviços contratuais, por meio de justificativa fundamentada;
 - 10.8.6 Formalizar os termos aditivos, com as devidas justificativas;
 - 10.8.7 Abrir processo administrativo para aplicação de sanções administrativas;
 - 10.8.8 Notificar a empresa da intenção do IFAM em aplicar as sanções;



10.8.9 Receber as alegações de defesa da CONTRATADA, previstas no presente Projeto Básico;

10.8.10 Julgar as alegações de defesa visando à legalidade, razoabilidade e proporcionalidade do processo;

10.8.11 Providenciar as sanções, se julgadas pertinentes, as quais serão homologadas e aplicadas pelo Ordenador de Despesa;

10.8.12 Atestar as notas fiscais e

10.8.13 Outras medidas necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

10.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.0 PAGAMENTO E MEDIÇÕES

- 11.1 A medição será realizada de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela empresa vencedora do certame, e será paga considerando-se as etapas de serviços concluídos integralmente, segundo o Regime Empreitada por Preço Global.
- 11.2 Somente podem ser considerados para efeito de medição os serviços efetivamente executados pelo contratado e aprovados pela fiscalização de acordo com o Cronograma apresentado pela empresa vencedora;
- 11.3 A contratante efetuará pagamento das faturas emitidas pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização, respeitando-se as condições estabelecidas no contrato;
- 11.4 O pagamento ocorrerá segundo o Regime Empreitada por Preço Global;
- 11.5 A cada fase, conforme Cronograma Físico-Financeiro corresponderá uma aferição das obras ou serviços executados. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante, estiverem executados em sua totalidade. Considerando que o critério para pagamento das parcelas exige etapas



- efetivamente concluídas, o cronograma físico-financeiro deverá ser elaborado de forma a refletir o real andamento esperado dos serviços;
- 11.6 Quando de etapas não concluídas, a fiscalização poderá efetuar o pagamento referente aos serviços executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente. Esta aceitação fica a critério da fiscalização do IFAM.
- 11.7 A Contratada deverá apontar em planilha de medição os serviços (material e mão de obra) efetivamente concluídos até a data da medição (data definida pela fiscalização), não sendo aprovados pela Fiscalização serviços executados de forma incompleta tampouco a alegação de material simplesmente adquirido por meio de nota fiscal ou posto na obra;
- 11.8 Somente após o ateste da Fiscalização do IFAM poderá a Contratada emitir Nota Fiscal – NF, que deverá ser acompanhada da planilha de medição de serviços, cópia do Diário de Obras do período com as devidas assinaturas dos engenheiros, Relatório Fotográfico do período, e todos os demais documentos comprobatórios que também deverão ser entregues à Fiscalização;
- 11.9 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, estes serão restituídos à Contratada para as correções necessárias no prazo de 5 (cinco) dias, sendo devolvidos no mesmo prazo, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;
- 11.10 A Administração poderá descontar eventuais multas que tenham sido impostas a empresa contratada;
- 11.11 O pagamento do item ADMINISTRAÇÃO DA OBRA será proporcional à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos.
- 11.12 Na primeira medição dos serviços, a empresa vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:
- 11.12.1 PPRA– Programa de Prevenção de Risco Ambientais (cópia);
- 11.12.2 PCMSO– Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (cópia);
- 11.12.3 ASOS– Atestados de Saúde Ocupacional dos funcionários que executarão serviços nas Unidades do SESI/DR-MA (cópia);
- 11.12.4 PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (quando tiver mais de 20 trabalhadores) (cópia).



11.12.5 Alvará de construção;

11.13 Em todas as medições a empresa deverá apresentar Relatório Técnico fotográfico do período da medição, Diário de obras do período com a assinatura do(s) engenheiro(s), Controle Tecnológico referente às peças concretadas com idade superior a 28 dias.

12.0 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE MEDIÇÃO

- 12.1 No caso da obra ter uma fiscalização local, contratada pelo IFAM, a prévia da medição deverá ser fechada entre as duas partes e posteriormente encaminhada à fiscalização do IFAM para análise e aprovação da medição, baseada nos relatórios da empresa de fiscalização até o 10º dia do mês da execução dos serviços;
- 12.2 No caso de ter somente a fiscalização do corpo técnico do IFAM, a prévia deverá ser encaminhada via email para análise e aprovação da Comissão de fiscalização até o 10º dia do mês da execução dos serviços;
- 12.3 A Comissão de fiscalização após análise deverá encaminhar a planilha aprovada para o email da Contratada para que esta apresente no protocolo do IFAM, a Nota Fiscal e os documentos comprobatórios referentes ao mês da execução dos serviços aprovados para posterior ateste;
- 12.4 O processo contendo a medição atestada e demais documentos comprobatórios deverá ser encaminhado ao setor responsável/Campus pelo pagamento dependendo de onde for o Contrato, até o 22º dia do mês em questão;
- 12.5 A administração realizará os procedimentos de solicitação de financeiro via Brasília, para pagamento da Nota Fiscal;
- 12.6 Para realização do pagamento, todos os documentos comprobatórios deverão estar válidos;
- 12.7 O pagamento da Nota Fiscal ocorrerá aproximadamente 30 dias após o ateste da Nota Fiscal.

13.0 QUANTO À MOBILIZAÇÃO

- 13.1 A empresa vencedora do certame terá 30 (trinta) dias para sua mobilização ao município de Tefé/AM, para dar início à obra.



14.0 DO CONTROLE TECNOLÓGICO E AS BUILT

- 14.1 Os ensaios, testes e controles tecnológicos exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato, deverão ser apresentados para a fiscalização obrigatoriamente após o prazo de 28 dias da data de moldagem do concreto, juntamente com os laudos e ART do responsável técnico para comprovação dos resultados obtidos, conforme especificações do projeto básico.
- 14.2 Todos os custos ocorrerão por conta do Contratado, ou seja, o contratado deverá considerar este item em sua proposta de preço. Caso, o Contratado não comprove os resultados, o item não poderá ser pago.
- 14.3 Todos os projetos deverão ser atualizados, pela CONTRATADA, por ocasião da conclusão dos serviços ("AS BUILT"), constando todas as possíveis mudanças decorrentes da execução da obra, sendo estes entregues a FISCALIZAÇÃO, na **penúltima medição**, juntamente com todos os manuais, licenças, habite-se e demais documentos que a fiscalização solicitar. Devendo a empresa considerar este custo em sua proposta.
- 14.4 Será retido 10% do valor da obra na última medição e somente deverá ser liberado após a entrega de todos os Laudos, Licenças, As built, manuais da ETE e Elevador e demais documentos solicitados pela fiscalização.

15.0 DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES

- 15.1 Será obrigatória a elaboração e o cumprimento do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho contemplando as exigências contidas na NR 9 e NR 18, compatível com o número de trabalhadores nesta obra;
- 15.2 Deverão ser atendidas à Resolução do CONAMA relativas à deposição dos resíduos de obra, através do devido licenciamento.
- 15.3 Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá comparecer para apresentação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:
- 15.3.1 ART do Responsável Técnico junto ao CREA, detentor do acervo apresentado na licitação. Caso haja necessidade de alteração, a empresa deverá submeter à aprovação do IFAM;
- 15.3.2 CEI - Matrícula da obra no INSS (cópia autenticada);
- 15.3.3 Cronograma elaborado pela empresa.



16.0 CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

16.1 A empresa licitante deverá estar regularizada nas instâncias municipais, estaduais, federais, CREA e trabalhistas, bem como com registro junto ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores regularizado para a contratação junto a instituições federais. A comprovação poderá ser realizada através de certidões de nada consta junto a estas instâncias bem como consulta ao registro junto ao SICAF da licitante na data da abertura das propostas;

16.2 Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista de abertura das propostas, profissional de nível superior ou outro reconhecido pela entidade profissional competente, detentor de atestados e/ou registros de responsabilidade técnicos devidamente registrados na entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por essa entidade profissional executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal, ou ainda para empresa privada, execução de serviços de acordo com o objeto deste projeto básico, não se admitindo atestados de fiscalização, supervisão ou coordenação da execução de serviços, tendo como partes relevantes as seguintes:

16.2.1 EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_08/2015 - 3.135m²;

16.2.2 PISO INDUSTRIAL DE ALTA RESISTENCIA, ESPESSURA 8MM, INCLUSO JUNTAS DE DILATAÇÃO PLÁSTICAS E POLIMENTO MECANIZADO - 480m²;

16.2.3 COBERTURA COM TELHA GALVANIZADA TRAPEZOIDAL SANDUÍCHE, POLIURETANO, PINTADA 2 FACE, E=0,5 MM H=50 MM - 530m².

16.3 O profissional deverá estar em condições de gerenciar, executar e responder junto ao CREA/AM;

16.4 A licitante deverá apresentar uma Declaração do profissional técnico qualificado, no qual o profissional indicado como responsável técnico, para fins de comprovação de



- capacidade técnica, declare que participará, a serviço da licitante, da execução da obra. Esse termo deverá ser firmado pelo representante da licitante com o ciente do profissional;
- 16.5 O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação técnico-profissional, deverá participar do serviço, objeto da licitação, admitindo-se excepcionalmente, a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Diretoria de obras e Serviços de Engenharia e ratificada pela Proreitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN);
- 16.6 Não se admitirá Responsável Técnico que não atue diretamente na obra;
- 16.7 Não será aceito pelo IFAM o Responsável Técnico que permita que a empresa apenas utilize seu acervo ou seu nome para execução da obra;
- 16.8 Entende-se como pertencente ao quadro permanente da licitante e suas respectivas comprovações de vínculo:
- 16.8.1 Diretor-Cópia do Contrato Social, sendo limitada ou Individual;
 - 16.8.2 Empregado-Cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;
 - 16.8.3 Responsável Técnico- Certidão expedida pela entidade profissional competente, da Sede ou Filial da licitante onde consta o registro do profissional como RT, juntamente com uma Declaração do profissional, atestando a concordância da inclusão do seu nome como responsável técnico da empresa;
 - 16.8.4 Profissional Contratado-Contrato de Prestação de Serviço, reconhecido em cartório.

17.0 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20%(vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 17.1.1 No caso de sub-contratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, os principais serviços de que trata esse Projeto Básico, assumindo a responsabilidade integral pela qualidade dos serviços contratados.
 - 17.1.1.1 É proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e



Tecnologia do Amazonas durante a vigência do contrato, assim como autores ou empresa responsáveis pela elaboração dos projetos.

17.1.1.2 Fazer ampla divulgação da Licitação

- 17.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 17.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 17.4 A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais mínimo de 0% (zero por cento) e máximo de 20% (Vinte por cento), atendidas as disposições dos subitens 15.1 a 15.3 acima, bem como as seguintes regras:
- 17.4.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
- 17.4.2 No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 17.4.3 A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;



17.4.4 A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

17.4.4.1 Microempresa ou empresa de pequeno porte;

17.4.4.2 Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993, e

17.4.4.3 Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

17.4.5 Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

17.4.6 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas

18.0 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 As sanções relacionadas à execução contratual são aquelas previstas no Edital.

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos**:

- Anexo I - Memorando;
- Anexo II - Estudos Preliminares
- Anexo III - Declaração SINAPI;
- Anexo IV – Título Definitivo;
- Anexo V – Planilha Orçamentária, Composições e Cronograma;
- Anexo VI – Memórias de Cálculo;
- Anexo VII – Cotações;
- Anexo VIII – BDI e Leis Sociais;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA-DOSE



- Anexo IX – Especificações – Memorial Descritivo;
- Anexo X – Projetos;
- Anexo XI – Registro de Responsabilidade Técnica;
- Anexo XII – Regularidade Ambiental;
- Anexo XIII – Relatórios;

Manaus, AM 23 de agosto de 2018

Elias Santos Souza

Engenheiro Civil

Coordenação de Projetos e Serviços de Engenharia

Cynthia de Faria Pinto

Engenheira Civil

Diretora de Obras e Serviços de Engenharia

MSc Jaime Cavalcante Alves

Pro-Reitor de Desenvolvimento Institucional

MSc. Antônio Venâncio Castelo Branco

Reitor